

CENTRO UNIVERSITÁRIO MÁRIO PALMÉRIO- UNIFUCAMP
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULO ANTONIO RUFINO JUNIOR

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTAS: UMA PESQUISA NAS EMPRESAS DE
CONTABILIDADE DE MONTE CARMELO/MG NA ESTRUTURAÇÃO DO PLANO
DE CONTAS EM CONSONÂNCIA COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE**

BRASIL
Monte Carmelo - MG
2020

PAULO ANTONIO RUFINO JÚNIOR

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTAS: UMA PESQUISA NAS EMPRESAS DE
CONTABILIDADE DE MONTE CARMELO/MG NA ESTRUTURAÇÃO DO PLANO
DE CONTAS EM CONSONÂNCIA COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade do
Centro Universitário Mário
Palmério-UNIFUCAMP-Minas
Gerais, como requisito parcial
exigido para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof. Simone Teles
da Silva Costa

Monte Carmelo - MG

2020

RESUMO

A contabilidade é de grande importância, pois é a partir das informações obtidas pelo profissional contábil que o gestor organizacional será capaz de tomar decisões assertivas. As informações são geradas, muitas vezes, a partir de um plano de contas, que é considerado base para lançamentos contábeis e para a elaboração de demonstrações. Para elaborar um plano de contas, é preciso conhecer as características e as necessidades informacionais das empresas. O objetivo da presente pesquisa é demonstrar a importância das informações geradas por meio do plano de contas e de que forma os escritórios de contabilidade elaboram essa tão importante ferramenta contábil. O estudo utiliza-se de uma abordagem teórica acerca do assunto em questão, bem como analisa como os escritórios de contabilidade de Monte Carmelo/MG elaboram os planos de contas. Assim, torna-se possível comparar se o que é demonstrado na teoria acontece na prática dessas empresas. Como resultado, pode-se perceber que, mesmo não detendo todo o conhecimento necessário sobre o plano de contas, os contabilistas entrevistados o elaboram com certo cuidado, bem como fazendo adaptações de forma que atenda a seus clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Plano de Contas. Empresas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 A Contabilidade e sua evolução.....	6
2.2 Princípios da Contabilidade.....	9
2.3 Estudo das Contas Contábeis.....	13
2.4 Plano de Contas.....	17
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Análise da pesquisa.....	21
3.2 Análise e interpretação dos dados.....	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE A.....	33

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade exerce uma função social que visa registrar e analisar dados e apresentar informações de forma organizada e inteligível a seus usuários (sociedade e Governo) por meio de relatórios contábeis, devendo os mesmos, de um modo geral, serem apresentados de acordo com as normas legais para a tomada de decisão. O plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, pois, com sua utilização, é criado um banco de dados junto aos canais de comunicações para a armazenagem de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Análises (PADOVEZE, 2011).

Nesse sentido, o reconhecimento do status dado à informação tem levado ao desenvolvimento da busca para a melhor forma de alcance, certificando a prática para a tomada de decisões em tempo hábil como instrumento primordial de informação da contabilidade para o gestor. Com a evolução e as constantes mudanças na área, a procura por profissionais contábeis qualificados vem desafiando as empresas a se adequarem para a estruturação de sua gestão contábil com a finalidade de se obterem informações sobre a sua situação econômica e financeira, auxiliando, assim, o processo para a tomada de decisão (ADAM; DA CUNHA; BOFF, 2018).

As movimentações existentes em uma entidade exigem, entre outros, um plano de contas composto por ativo, passivo, receitas e despesas para estruturação e interpretação dos resultados, atrelado juntamente com o cenário legal atual. Condicionado a isso, o plano de contas tem o propósito de segregar as ocorrências quantitativas e qualitativas do patrimônio das empresas que possibilita, por meio de suas contas, o controle de bens, direitos e obrigações (PADOVEZE, 2011).

Nesse sentido, ao elaborar um plano de contas, deve-se atentar para o papel que cada conta exerce, bem como para as suas necessidades nas rotinas contábeis, devendo ser tratada como um instrumento interno e específico (GONÇALVES, 2007). Para Gonçalves (2007), a elaboração de um plano de contas por parte da empresa é uma tarefa complexa que precisa levar em conta o tamanho da empresa e a necessidade de informações aos usuários, seguindo devidamente o regimento contido na legislação vigente.

Diante da importância da elaboração do plano de contas, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: as empresas da cidade de Monte Carmelo/MG estão se adequando para estruturar

o plano de contas para sua atividade conforme determina a legislação? A estrutura do plano de contas das empresas de Monte Carmelo/Mg está em conformidade com a legislação atual?

Com isso, o objetivo geral deste trabalho é analisar e identificar a estrutura do plano de contas nas rotinas contábeis das empresas da cidade de Monte Carmelo/MG, cuja intenção é demonstrar se elas estão alocando as contas em grupos corretos conforme determina a legislação e o que, de fato, acontece na prática quanto à estruturação e organização dos profissionais da área.

Como objetivo específico, o presente trabalho visa: demonstrar as condições que deverão ser observadas quanto à elaboração de um plano de contas; identificar, por meio da amostra selecionada, em que os escritórios de contabilidade de Monte Carmelo/MG se baseiam para elaborarem seu plano de contas; e, por fim, demonstrar a importância das informações geradas pelo plano de contas.

No âmbito organizacional, a informação é fundamental, pois representa uma vantagem competitiva para determinadas organizações (BEUREN, 2000). Destaca-se que a finalidade da contabilidade é gerar informações a serem utilizadas por gestores na tomada de decisões em busca dos interesses das organizações. Portanto, o plano de contas serve como subsídio ao registro das operações da organização na montagem da estrutura contábil, sendo uma ferramenta importante para a precisão e qualidade de toda informação.

É importante ressaltar que, sem um plano de contas, não é possível dar início aos lançamentos contábeis. Embora, muitas vezes, o plano seja mal utilizado, não compreendido ou, ainda, desvalorizado, tem-se notado uma tendência da classe profissional contábil em buscar a aplicação da verdadeira contabilidade, haja vista que o mercado tende a selecionar os profissionais que realmente possam oferecer suporte ao crescimento econômico-financeiro do patrimônio das entidades (GONÇALVES, 2007). Nesse sentido, justifica-se este trabalho, tendo em vista a finalidade de conhecer o que os usuários precisam diante de informações recebidas por meio do plano de contas e verificar de que forma são elaborados os planos nos escritórios de contabilidade de Monte Carmelo/MG.

A metodologia utilizada no presente estudo se pautou em referências bibliográficas com a finalidade de contribuir para a elaboração do embasamento teórico por meio de livros, internet e periódicos que abordam assuntos relacionados ao plano de contas nas empresas, bem como quem o utiliza. A pesquisa é classificada como descritiva, pois, conforme Raupp e Beuren (2003, p.80), “buscou-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro, constituindo questões importantes para sua conclusão”. Segundo Gil (2002, p.45), o

objetivo é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: na Introdução, que é a Seção 1, apresentam-se o tema, sua importância, os objetivos e o método de pesquisa utilizado; já a Seção 2 apresenta o Referencial Teórico incluindo os principais conceitos utilizados na análise dos resultados; a Seção 3 apresenta a Metodologia utilizada, a análise da pesquisa e a interpretação dos dados; na Seção 4, são evidenciadas as Considerações finais incluindo o atendimento aos objetivos propostos, bem como as sugestões e recomendações à Academia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico no qual serão apresentados os conceitos, as justificativas e as características sobre o assunto abordado. Seu objetivo, segundo Vergara (2007), consiste em levantar o que já foi publicado a respeito do objeto sob sua investigação, identificando-se as várias posições teóricas sobre o assunto.

O referencial teórico traz a possibilidade de fundamentar e dar embasamento ao trabalho com a finalidade de nortear a pesquisa com base na literatura já publicada sobre o tema.

2.1 A contabilidade e sua evolução

Desde os tempos antigos, o homem tem a necessidade de contar e mensurar. Os povos primitivos, por exemplo, utilizavam objetos da época para contabilizar suas coisas e animais, mas, ainda assim, não sabiam mensurar quanto valia cada item do seu patrimônio (SCHMIDT, 2000). Com o passar dos anos, o homem desenvolveu muitos meios para estabelecer e mensurar valores, mas foi apenas em 1494 que o Frei Luca Pacioli escreveu sobre o método das partidas dobradas.

Segundo Rosário (2015, p.6),

Método das Partidas Dobradas, ou Método Veneziano ("el modo de Vinegia") descrito pela primeira vez por Luca Pacioli no livro "Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità" em 1494, é o sistema-padrão usado em empresas e outras organizações para registrar transações financeiras. Sua premissa é de que a condição financeira e os resultados das operações de uma empresa ou organização são melhores representadas por diversas variáveis, chamadas contas, em que cada uma reflete um aspecto em particular do negócio como um valor monetário. Cada transação financeira é registrada na forma de entradas em pelo menos duas contas, nas quais o total de débitos deve ser igual ao total de créditos.

A origem da contabilidade está diretamente ligada à necessidade do ser humano de saber o quanto pode usar, consumir e quanto ainda tem que produzir. Basicamente, à medida que o

homem começa a adquirir maior quantidade de valores e bens, começam a aparecer os registros dos fatos ocorridos (SCHMIDT, 2000). Por conseguinte, a globalização do conhecimento, pela dinâmica das notícias e pela dimensão que tomam, a contabilidade tem buscado por garantir seu direito à luz da ciência moderna.

Segundo Padoveze (1996), o objetivo da contabilidade é controlar um patrimônio por meio de coleta, armazenamento e processamento das informações oriundas dos fatos que alteram a massa patrimonial. Para Padoveze (1996, p. 29), a contabilidade é o “sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade, que nada mais é que o conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa jurídica ou física”. Destaca-se que Contabilidade tem a finalidade de ser um sistema integrado que representa as informações adquiridas das diversas áreas da empresa. Nesse sentido, a informação gerada pela contabilidade tem em vista a tomada de decisões, sendo uma ferramenta vantajosa e imprescindível para as organizações que buscam diariamente a permanência no mercado econômico, auxiliando na gestão e no processo decisório com informações confiáveis e fidedignas, bem como possibilitando resultados positivos aos clientes e proprietários (RIBEIRO; MARTINS 1993).

Dessa forma, a contabilidade tem objeto próprio, o patrimônio das entidades consiste em conhecimentos obtidos por meio de metodologia racional sob as condições de generalidade, certeza e busca das causas em nível qualitativo semelhante às demais ciências sociais (SOUSA; BATISTA, 2008). Por intermédio de legislações específicas, a contabilidade passou a fazer parte de um processo de convergência com a sanção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as quais alteram, em parte, a Lei 6.404/76 (lei das sociedades anônimas). A nova legislação determinou que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários – adotasse a normatização contábil de acordo com os padrões internacionais, permitindo ainda que os reguladores firmassem convênio com a entidade que estudava e produzia tais normas. Esse dispositivo legal permitiu que o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado em 2005, passasse a ser o principal produtor de normas contábeis no Brasil.

O CPC tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do processo de produção. Em outras palavras, o CPC atribui a contabilidade as seguintes funções: centralizar a emissão de normas; representar dados, de maneira democrática, e envolver os gestores da informação contábil, os auditores, os usuários e o governo, visando à

redução de custo de capital, de custo na elaboração de relatórios contábeis, bem como diminuição de riscos nas análises e tomadas de decisões (JUNIOR, 2015).

O processo de convergência vem sendo aplicado gradualmente, tendo o seu ápice no exercício de 2010, durante o qual as companhias abertas foram obrigadas a adotar as normas internacionais de contabilidade em sua forma completa. Entretanto, nem todo processo de harmonização ou convergência é infalível em face da existência de peculiaridades nos países participantes desse processo. É importante destacar que o processo de harmonização é distinto do processo de convergência. A harmonização permite a aproximação das normas e práticas entre os países, buscando preservar as particularidades inerentes a cada um e possibilitando a reconciliação dos sistemas contábeis a fim de melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas (NIYAMA, 2005). Já a convergência passou a ser bastante utilizada com o intuito de definir a trajetória dos países na adoção integral dos International Accounting Reporting Standards ou Normas Internacionais de Relatórios Contábeis (IFRS) (IKUNO et al., 2010).

A convergência no Brasil visa contribuir de forma decisiva com o desenvolvimento sustentável do país mediante reforma contábil, tanto no setor público quanto no privado, de auditoria, regulatória e treinamento dos profissionais envolvidos, resultando em uma maior transparência das informações financeiras utilizadas no mercado com vistas ao aprimoramento das práticas profissionais.

O Comitê Gestor foi criado pela Resolução CFC nº 1.103/07 e tem como objetivo identificar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das Normas Contábeis e de auditoria a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, dos Pronunciamentos de Contabilidade e Auditoria editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IBRACON, bem como de assuntos regulatórios no Brasil, visando ao alinhamento às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela IFAC, bem como às melhores práticas internacionais em matéria regulatória.

Diversos autores pesquisaram sobre as diferenças nos padrões e práticas contábeis entre os países. Weffort (2005), além de apontar as principais causas dessas diferenças, afirma que esse processo pode conduzir à existência de uma contabilidade de fato e outra de direito. Corroborando o pensamento de Weffort (2005), Carmo et al. (2011) asseveram que, apesar da ressaltada relevância da convergência internacional da contabilidade, a simples introdução das normas, sem considerar os aspectos culturais e institucionais dos países, pode levar a uma adoção de jure (de direito) e não de facto (de fato) das normas, o que prejudicaria o processo

de uniformização das práticas contábeis, transformando a convergência em uma simples questão de formalidade.

É importante destacar que a contabilidade, de direito, trata da uniformidade da regulação contábil e da convergência entre as normas, enquanto que a contabilidade, de fato, diz respeito à adoção na prática cotidiana das empresas (Weffort, 2005; Tay e Parker, 1990 in Carmo et al. 2011). Para Fernandes e Fernandes, o avanço da nova legislação foi salutar, pois permitiu que as empresas passassem a adotar critérios estritamente contábeis em suas avaliações e que os ajustes necessários ao processo de convergência não tivessem efeitos tributários, liberando as amarras à qual a contabilidade brasileira estava sujeita. Para controlar os ajustes necessários para a anulação dos efeitos tributários da conversão às normas internacionais de contabilidade, foi criado o RTT – Regime Transitório de Tributação por força do Artigo 15 da Lei 11.941/2009.

O RTT tem por finalidade neutralizar ou mitigar, de alguma forma, os efeitos tributários das novas regras contábeis, bem como modificar o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil para apuração do lucro líquido do exercício. O que o referido RTT pretende é que as empresas que observarem as novas regras contábeis tenham total neutralidade tributária para fins de apuração do IRPJ, do CSLL, do PIS e do COFINS.

Contudo, o seguinte questionamento ainda persiste: será que as empresas, diante de uma situação de alteração da legislação e normatização vigentes, porém com possibilidade de adoções de práticas alternativas, adotariam as novas práticas em detrimento das antigas, promovendo uma contabilidade de fato e de direito plenamente idênticas no tocante aos critérios de depreciação?

2.2 Princípios da contabilidade

É de extrema importância que o contador conheça os princípios da contabilidade, os quais representam o conjunto de atenções e cuidados que deverão ser obedecidos para o registro das informações contábeis no exercício profissional, assim como determina o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.11)

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Os princípios da contabilidade são: Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo valor original; Atualização monetária; Competência; e Prudência. O princípio da entidade fundamenta-se na regulamentação do patrimônio como objeto da contabilidade, separando-o em patrimônio da empresa e em patrimônios pessoais. Segundo o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.12):

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Por sua vez, o princípio da continuidade consiste na ideia de que, quando se abre uma empresa, ela continue existindo por tempo indeterminado, ou seja, pressupõe-se que a empresa terá continuidade por um longo período. Dessa forma, está definido, conforme CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.12), em seu Art. 5º:

A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. § 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível. § 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Já o princípio da oportunidade tem a finalidade de registrar os fatos contábeis de forma completa e no momento em que o fato foi gerado, ou o mais próximo disso possível, pois existem casos de algumas empresas nos quais não é possível fazer o reconhecimento na hora do ocorrido. Como determina o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.13):

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Parágrafo único – Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE: I – desde que tecnicamente estimável,

o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência; II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários; III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Já o princípio do registro pelo valor original diz respeito aos componentes do patrimônio, compreendendo desde os ativos até o patrimônio líquido. Esses dados precisam ser registrados pelo valor original da obrigação ou do direito, visto que, em relação às transações com outros países, o registro é feito na moeda do país em que a avaliação das variações do patrimônio será realizada. Segundo o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.13 e 14):

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE. Parágrafo único – Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

- I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;
- II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;
- III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;
- IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;
- V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

O princípio da atualização monetária se refere a toda alteração no poder aquisitivo da moeda nacional e deverá ser reconhecida na demonstração. Para o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.14), o PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA prevê:

Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos

valores dos componentes patrimoniais. Parágrafo Único – São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

- I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
- II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (Art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;
- III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Já em relação ao princípio da competência, há dois ‘regimes’ para registrar determinada conta: o regime de caixa, em que se relata um fato contábil quando for liquidado um passivo ou recebido um ativo; e o regime de competência, quando se registra o passivo ou o ativo desde que o fato gerador é obtido. Segundo o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.14 e 15) determina:

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

- I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
- II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

- I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

E, por fim, o princípio da prudência refere-se a mensurar um ativo, devendo ser adotado o menor valor, bem como para mensurar um passivo, é adotado o maior valor entre dois ou mais existentes. Esse princípio está assim referenciado nas normas do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2016, p.15 e 16):

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no Art. 7º O Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável. Art. 11. A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c”, “d” e “e” do Art. 27 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista. Art. 12. Revogada a Resolução CFC nº 530/81, essa Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

O contador, bem como o empresário, têm grande responsabilidade sobre a informação contábil, visto terem o conhecimento básico dos princípios da contabilidade. O contador, seguindo as normas indicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, deve tratar com ética os dados recebidos pelo empresário, sendo de grande responsabilidade do empresário fornecer todas as informações econômicas e financeiras de forma completa, clara e idônea.

2.3 Estudo das contas contábeis

As contas contábeis constituem-se em representações escrituradas de bens, direitos, obrigações, capital e reservas de uma entidade, dentre outros. Por meio das contas contábeis são feitos os registros das demonstrações expositivas e a interpretação dos gastos incorridos com o fim de fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (ARAÚJO,2017). Padoveze (1996, p. 62) conceitua que contas “são as representações contábeis de elementos patrimoniais de natureza igual ou semelhante. São elementos criados pelo contador, dos quais utiliza para melhor controlar o patrimônio de uma entidade”.

O referido autor, (p.64) assinala ainda que o movimento de uma conta é classificado em dois tipos: movimento que aumenta e movimento que diminui o saldo, ou seja, débitos, que seria o aumento de saldos devedores e que diminui o saldo credor; e o crédito, quando ocorre um aumento de saldo credor e diminui o saldo devedor. Dessa forma, uma conta pode ser debitada ou creditada, dando-se o nome de saldo à diferença entre o débito e o crédito. O saldo de uma conta é considerado devedor quando o débito é maior que o crédito e saldo de uma conta é denominado credor quando o crédito é maior que o débito.

A principal finalidade das contas é ordenar o patrimônio e demonstrar fatos que alteram sua estrutura, sendo um instrumento primordial da técnica contábil. Assim, as contas contábeis é o caminho que leva à identificação de cada componente patrimonial e de cada resultado, representando um conjunto de todas as contas utilizadas para os registros com a finalidade de uma informação fidedigna (Resolução CFC nº 1.157, 2009). Como consequência, é necessário um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor de uma entidade com o fim de conseguir organizar os registros contábeis, que são chamados de plano de contas.

O título de uma conta deve ser bem evidenciada, pois as demonstrações contábeis não são utilizadas somente pela própria empresa, mas, sim, poderão ser analisadas por auditores, fornecedores, instituições financeiras e também pelo Fisco. Segundo Crepaldi (1995, p. 69), em se considerando a funcionalidade, as contas são caracterizadas da seguinte forma:

- Quanto à composição as contas podem ser divididas em: contas sintéticas e contas analíticas.
 - Contas sintéticas: são contas que dispensam ou não exigem desdobramentos. Cada conta desse tipo reúne débitos e créditos de várias subcontas à mesma relacionada.
 - Contas analíticas: são contas que exigem desdobramentos. Subcontas filiadas a determinadas contas gerais.
- Quanto à posição ou natureza dos saldos, as contas podem ser: unilaterais ou bilaterais.
 - Contas Unilaterais: são aquelas que sofrem variações apenas num sentido. Por isso, o saldo dessas contas aumenta sempre. Por exemplo: as contas de receitas, que são sempre creditadas, e de despesas, que são sempre debitadas.
 - Contas Bilaterais: são aquelas que sofrem variações nos dois sentidos, ou seja, seu saldo pode aumentar ou diminuir, sendo divididas em três classes: Contas do ativo, que podem ser debitadas ou creditadas, mas seu saldo será sempre devedor; Contas do passivo, que podem ser creditadas e debitadas, mas seu saldo será sempre credor; Contas mistas, que são debitadas e creditadas, apresentando o saldo ora devedor, ora credor.

- Quanto à movimentação, as contas podem ser dinâmicas ou estáticas.
 - Contas dinâmicas: aquelas que atendem à rotina do processo contábil, sendo debitadas ou creditadas a cada passo. Ex: caixa, bancos, despesas gerais, duplicatas.
 - Contas estáticas: aquelas que se movimentam apenas em virtude de eventos específicos e acidentais. Ex: capital, prédios, resultado do exercício.
- As contas podem ser divididas, ainda, em contas permanentes e transitórias, quando se trata da duração das mesmas.
 - Contas permanentes: são aquelas que registram os fatos da administração econômica em seus movimentos usuais. Ex: caixa, mercadorias, capital, contas a receber ou a pagar.
 - Contas transitórias: são aquelas criadas para atender a situações especiais e que perdem a razão de existir quando essas situações se extinguem. Ex: Resultado de Exercícios Futuros que, a rigor, é uma conta transitória porque seu saldo é transferido rapidamente para contas mais significativas.
- Em relação à Lei das S.A, as contas podem ser classificadas em contas patrimoniais ou de resultado.
 - Contas patrimoniais: são aquelas que representam e expressam valores do patrimônio, ou seja, do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.
 - Contas de resultado: são aquelas que representam e expressam valores das despesas e receitas.

Como se percebe, as contas de resultados são separadas em contas de receita e despesa. O que as irá distinguir das contas patrimoniais é que os valores que compõem o resultado terão sempre seu início com os exercícios econômicos e serão, necessariamente, encerradas ao término desse período. Assim como as Contas Patrimoniais representam a situação estática, ou seja, o Patrimônio, as Contas de Resultado representam a situação dinâmica das variações patrimoniais, ou seja, as contas que alteram o Patrimônio Líquido. As contas de despesas e receitas têm a função de registrar informações de gastos, dispêndios, ganhos e receitas que não representam nenhum elemento patrimonial, no entanto o seu resultado final deverá compor o patrimônio líquido da empresa (LUNELLI, 2011).

As contas do Ativo serão de natureza devedora, ou seja, quer dizer que elas aumentam de saldo com débito e diminuem com crédito. As exceções são contas que reduzem o ativo, sendo essas contas de natureza credora, porém pertencem ao grupo do ativo por terem a função de ajustar (ou deduzir) o saldo de outras contas classificadas nesse grupo.

Já as contas de resultado, em se tratando de despesas, também são classificadas quanto à sua natureza de devedoras devido ao fato de que, quando confrontadas com as receitas para obtenção do resultado do exercício, esse irá compor o passivo dentro do grupo do Patrimônio Líquido (MIRANDA, 2002). Quanto mais despesas a empresa apresentar, mais reduzido (ou até mesmo negativo se superarem as receitas) será o saldo da conta que vai para os PL – Lucros (ou Prejuízos) acumulados. As contas do ativo se dividem em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo circulante são bens e direitos que podem ser transformados em dinheiro no curto prazo (no máximo, um ano). Já o ativo não circulante são bens e direitos que somente podem ser transformados em dinheiro no longo prazo (mais de um ano).

As principais contas do ativo circulante são aquelas que têm um maior grau de liquidez, podendo ser exemplificado com o caixa ou as aplicações financeiras. Outras principais podem ser as contas de estoque, contas a receber ou a recuperar no curto prazo, entre outras. Já o ativo não circulante diz respeito às contas realizáveis a longo prazo, que são de liquidez acima de um ano, bem como investimentos de longo prazo e, por fim, imobilizados que são bens e direitos utilizados na atividade do dia a dia de uma empresa.

As contas do grupo passivo (também, de uma maneira geral) têm natureza credora, ou seja, Isso significa que elas aumentam de saldo com crédito e diminuem com débito. O Passivo é dividido em três grupos de contas: Passivo circulante, Passivo não circulante e Patrimônio Líquido.

As Contas do Passivo Circulante contêm as obrigações que devem ser pagas dentro daquele ano enquanto as do passivo não circulante se diferem pelo prazo de pagamento que, em outras palavras, seria acima de um ano e, por fim, o Patrimônio Líquido envolve o capital social, as reservas de capital e os prejuízos acumulados. Em se tratando de contas de resultado, as receitas têm natureza credora devido ao fato de aumentarem a possibilidade de um resultado operacional positivo, ou seja, um lucro operacional no período (sendo, nesse caso, um superávit devido ao fato de a empresa não ser de fins lucrativos) (MIRANDA, 2002).

Isso ocorre em virtude de: se a soma de seus saldos for maior do que a total do saldo das contas de despesas, a apuração será transferida para o Balanço Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido com saldo positivo. Esse grupo fica logo abaixo do Passivo e tem natureza credora (MIRANDA, 2002). Então, as contas de despesas têm natureza devedora, pois, quanto mais houver saldo dessas contas, menores são as possibilidades de a empresa ter um resultado operacional positivo, ou seja, quando o saldo dessas contas prevalecerem sobre as receitas, a empresa está diante de um prejuízo operacional (nesse caso, um déficit por se tratar de uma

entidade sem fins lucrativos). Como já mencionado, existem dois tipos de operações a se realizarem com as contas: débito e crédito, devendo a operação ser realizada de acordo com o fato contábil (ALMEIDA, 2016).

2.3 Plano de contas

Para Ribeiro e Martins (1993, p 60), “O Plano de Contas é um elenco de todas as Contas previstas pelo setor contábil da empresa como necessárias aos seus registros contábeis”. Segundo Padoveze (2011), o Plano de Contas nada mais é que a estrutura básica da escrituração contábil, pois, com sua utilização, é elaborado o banco de dados com as comunicações para a formação de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Análises.

Portanto, o Plano de Contas compreende as contas criadas pelo contador em atendimento às necessidades de registro dos fatos administrativos que possibilitam a elaboração de relatórios contábeis, atendendo, assim, a todos os usuários que necessitam da informação contábil. O plano de contas pré-estabelece a conduta a ser adotada na escrituração por meio da exposição das contas (ALMEIDA, 2016).

Diante disso, conforme mencionado pelos autores, o Plano de Contas, genericamente, tido como um simples elenco de contas, constitui-se na verdade em um conjunto de normas do qual deve fazer, também a descrição do funcionamento de cada conta. Dessa forma, segundo Crepaldi (1995, p.72), “o plano de contas é o elo de comunicação da entidade com os diversos usuários da informação contábil, como os administradores, os investidores, os agentes financeiros, os clientes e fornecedores, o fisco, etc”.

Em relação à estruturação do plano de contas, é preciso ter um bom planejamento, de forma que auxilie na mensuração do patrimônio. Na composição de um plano de contas, são demonstrados as contas, os títulos e a descrição, bem como os respectivos regulamentos e convenções. Entende-se que o plano de contas é a ordenação de um conjunto de contas, tendo em vista a escrituração contábil dos atos e os fatos da gestão e dos elementos que compõem o acervo patrimonial de uma determinada entidade (MOURA; LIMA; FERREIRA, 2012). Para o Conselho Federal de Contabilidade (2002), o plano de contas é definido como a estrutura básica da escrituração contábil, estabelecendo-se, com a sua utilização, o banco de dados com informações para construção de todos os relatórios.

Cordeiro (2006, p.23) apud Iudícibus e Marion (1991, p. 58) afirma ainda que “para o delineamento de um plano de contas, é necessário considerar alguns requisitos fundamentais,

tais como, tamanho da empresa, ramo de atividade, sistema contábil e interesse dos usuários”. Segundo Cordeiro (2006, p.24) apud Iudicibus e Marion (1991, p. 58), cada um desses requisitos pode ser assim delineado:

Tamanho da empresa: A Amplitude do desdobramento das contas de uma grande empresa diferencia-se das de uma microempresa, pois, em uma entidade de maior porte, a ênfase à modelagem no Plano de Contas de centros de custos é mais evidente.

Ramo de atividade: O Plano de Contas deve ser elaborado, considerando-se o objetivo de cada empresa, as características operacionais do seu ramo ou o setor de atividade.

Sistema Contábil: A empresa deverá atentar-se ao tipo de sistema contábil utilizado que permita as adaptações necessárias de acordo com as especificidades da empresa, não deixando, contudo, de observar a estrutura básica que norteia o processo contábil.

Interesses dos usuários: Deverá expressar o tipo de informação desejada pelos usuários (internos ou externos), ajustando-se, portanto, aos interesses dos usuários de cada organização.

Dessa forma, pode-se afirmar que toda informação contábil gerada tem origem em registros que utilizam o Plano de Contas como auxiliar na sua escrituração para que se possa manter um padrão nas Demonstrações Contábeis e qualidade nas informações (MOURA; LIMA; FERREIRA, 2012). Embora o plano de contas tenha várias denominações, tais como, Modelo Contas, Estrutura de Contas, Plano de Categoria ou Elenco de Contas, o objetivo é o mesmo, que é padronizar os registros das atividades e operações econômicas e financeiras.

Esse plano deve ser elaborado com o objetivo de: Fornecer informações importantes para os gestores; Adequar seus dados, conforme exigência da legislação do Imposto de Renda; Atender às exigências por parte dos acionistas e administradores da empresa; Utilizar-se de Normas Brasileiras de Contabilidade e garantir os Princípios Fundamentais de Contabilidade na elaboração das demonstrações contábeis e do balanço comercial.

A elaboração de um plano de contas deve ser personalizada por empresa, já que os usuários de informações podem necessitar de detalhamentos específicos que um modelo de plano de contas geral pode não ser adequado (COMPARCIDA, 2016). Seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização e, na estrutura do plano de contas, devem ser elencados em contas com objetivos fundamentais: atender às necessidades de informação por parte da administração da empresa; observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis; e adaptar-se, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos, principalmente, as da legislação do imposto de renda (COMPARCIDA, 2016).

Nesse sentido, ao construir o plano de contas a empresa deve-se preocupar com o tipo de sistema usado, pois ele precisa permitir que seja feita adaptações de maneira que atenda o que cada empresa necessita expressando informações ajustadas aos interesses dos usuários (REZENDE, 2006). A empresa deve manter escrituração contábil com base na legislação comercial e com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade. O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis que visa evidenciar, de forma sintética, a situação patrimonial da empresa e dos atos e fatos consignados na escrituração contábil (AZZOLIN, 2012). Tal estrutura de contas, dentro do conceito legal da própria lei, em síntese, compõe-se de: ativo; passivo; circulante; não circulante realizável a longo prazo; investimento; imobilizado; intangível; circulante; não circulante; e patrimônio líquido (FERREIRA, 2009).

Segundo Padoveze (1996, p.65), ao elaborar um plano de contas, o profissional contábil deve-se atentar a:

- atender primariamente às necessidades específicas de cada empresa e às necessidades de informação dos principais usuários dos relatórios;
- a classificação deve partir do geral para o particular;
- deve ser codificado, dentro do possível, ou conterem elementos para rápida identificação e assimilação do que representa;
- os agrupamentos devem ser feitos, pensando nos relatórios que deles se originarão;
- os títulos das contas utilizados devem refletir imediatamente os elementos patrimoniais que representam – devem ser claros e sucintos;
- deve ter flexibilidade (margem para ampliação) e operacionalidade.

Segundo Comparcida (2016), para que fique mais organizado e qualquer profissional da área possa entender, o plano de contas deve ser codificado em ordem crescente e sucessiva. Assim, é preciso que a codificação esteja em consonância com a estrutura do plano de contas, o que possibilitará a diferenciação entre conta patrimonial e conta de resultado ou entre conta ativa e conta passiva. Para Padoveze (2002, p.185), o plano de contas apresenta fundamentos referentes à sua estruturação que devem ser seguidos para que esse instrumento da contabilidade possa gerar informações fidedignas.

O referido autor define os fundamentos da seguinte forma:

- 1 - a estrutura do plano de contas deve propiciar a apresentação da informação de modo automático para os relatórios futuros, bem como para evitar o retrabalho e a redundância de dados.
- 2 - deve propiciar a informação no grau de detalhamento necessário, evitando-se informações relevantes de modo aglutinado que não permitam compreensão e decisão.
- 3 - deve ser estruturado para manter o inter-relacionamento completo entre as contas afins do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados.
- 4 - para tanto,

devem ser criadas tantas contas adicionais quantas forem necessárias para atender aos três fundamentos anteriores.

Nesse sentido, é de suma importância que as contas mostrem, de forma clara e precisa, os atos registrados (FREIRE, 2015). Para De Sá (2004, p 17), as contas revelam uma relação de causa e efeito contida nos fenômenos patrimoniais e que, mesmo em outros regimes, a relação prevalece, pois toda causa tem um efeito no patrimônio. Destaca-se que os fenômenos ou acontecimentos processam-se por meio dessa constante relação e em obediência a esse princípio. Dessa forma, a causa e o efeito são aspectos das operações que auxiliam ao identificar a igualdade entre as colunas do passivo e do ativo.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo diz respeito a todas as técnicas utilizadas e como será desenvolvida a pesquisa. Nessa linha, de acordo com dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2002), metodologia significa buscar ou investigar um fenômeno com o intuito de se obterem respostas e aplicar um método de ensino.

A metodologia utilizada no presente estudo, inicialmente, foi por meio da pesquisa exploratória. Marconi e Lakatos (2005, p.77) conceituam o estudo exploratório como “estudos que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Para atingir o objetivo proposto pelo presente estudo, foi utilizada a pesquisa descritiva. Segundo Vergara (2000), o estudo descritivo serve de base para explicação de fenômenos. Para Gil (1991, p. 46), a pesquisa descritiva serve para proporcionar uma nova visão do problema.

Para o embasamento teórico na coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica na busca da obtenção de informações acerca do assunto de interesse no estudo e que é essencial para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica (MEDEIROS, 2004). As buscas foram realizadas em livros, revistas e conteúdos publicados digitalmente no Google acadêmico.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é classificada como qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 128), a abordagem de caráter qualitativo é a “fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. Assim, como explana o referido autor, esse tipo de pesquisa é uma maneira adequada para o conhecimento da natureza de um fenômeno social, levando-se em consideração que o pesquisador obtém dados da realidade para que, assim, possa analisá-los.

Quanto ao método de pesquisa empregado, utilizou-se a pesquisa de Levantamento de Campo. Segundo Gil (2010), esse método tem a finalidade de interrogar pessoas cujo comportamento se deseja conhecer para levantar informações com o intuito de descrever uma amostra estudada. A amostra foi composta por escritórios de contabilidade da cidade de Monte Carmelo/MG, sobre as quais será analisado se a estrutura do Plano de Contas está de acordo com as normas contábeis vigentes.

3.1 ANÁLISE DA PESQUISA

A primeira etapa do trabalho objetivou coletar material bibliográfico como livros, periódicos e documentos publicados na internet com a finalidade de fundamentar teoricamente o estudo. Assim, construiu-se um roteiro que foi utilizado na entrevista realizada nos escritórios selecionados em busca de dados que pudessem permitir o conhecimento sobre o assunto. Em seguida, foram realizadas as visitas aos escritórios de contabilidade para que fosse realizada a entrevista pessoalmente com aquela que é considerada a responsável pela elaboração do plano de contas. Para este estudo, foi escolhida uma amostra que representa 4 escritórios de contabilidade da cidade de Monte Carmelo/MG, no período de 02 a 06 de 2020. O questionário descrito no Apêndice A aborda a teoria e a realidade das empresas. O tempo de duração da entrevista foi de, aproximadamente, quarenta minutos. Para melhor visualização dos dados, foi utilizado na tabulação o software Excel.

Em relação à identificação dos entrevistados, foi esclarecido que a presente pesquisa iria preservar a identificação dos escritórios e que seria somente para fins de estudos. Dessa forma, os escritórios que foram selecionados serão identificados como escritórios W, X, Y, Z. A entrevista teve o intuito de obter um melhor esclarecimento sobre a elaboração do plano de contas e a sua utilização.

As perguntas foram realizadas de forma aberta, permitindo assim uma melhor exposição da opinião do entrevistado. Os escritórios selecionados para a realização da pesquisa são de tamanhos diferentes, ou seja, são escritórios de médio (W), pequeno (X) e grande (Y e Z) porte, tendo sido considerados o número de funcionários, o número de clientes e o tempo que prestam serviços contábeis.

A presente pesquisa leva em consideração a imparcialidade, dado que a entrevista foi direcionada a mais de um escritório de contabilidade prestador de serviços contábeis. O critério de escolha utilizado para a seleção dos escritórios é atribuído à facilidade de acesso. Assim, a amostra foi selecionada a partir do critério de acessibilidade.

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com o objetivo de demonstrar como os escritórios de contabilidade elaboram seu plano de contas, foi feita uma análise de cada entrevista, o que possibilitou visualizar a interferência das características no modo de como o plano é elaborado. Tendo em vista a não identificação, os escritórios serão especificados com as seguintes denominações: Escritório W, Escritório X, Escritório Y e Escritório Z.

Em se tratando do Escritório W, foi observado que esse é um escritório de médio porte, contando com cerca de 08 funcionários e, aproximadamente, 70 empresas atendidas na região, sendo elas micro e pequenas empresas.

Nesse escritório, o proprietário atua no ramo da contabilidade há mais de 20 anos e tem formação técnica em Contabilidade. O plano de contas é elaborado pelo programador e passa por algumas adaptações feitas por ele mesmo. Em relação à pergunta sobre a função básica de um plano de contas, obteve-se como resposta “Ter transparência nas demonstrações das contas das empresas com foco nas atividades empenhadas por elas”. O plano de contas no Escritório W não leva em consideração o objetivo de cada empresa, as características operacionais do seu ramo ou o setor de atividade. Dessa forma, o programador utiliza o mesmo plano para todas as empresas administradas, levando em consideração a atividade da entidade, a sua necessidade, adicionando-se uma nova subconta.

No que diz respeito à pergunta sobre o fato de o entrevistado enumerar o grau de importância atribuído ao processo de elaboração do plano de contas, dentre os critérios, sistema contábil, tamanho da empresa, ramo de atividade e interesses dos usuários, ele considera como o principal atributo o sistema contábil e o de menor importância, o interesse do usuário. Ele justifica, apontando que, se o plano de contas for mal elaborado, serão gerados relatórios de má qualidade e em desacordo com normas contábeis, não estando, assim, em consonância com a apresentação das demonstrações contábeis. O plano de contas possibilita ajustes em relação às necessidades de informação das empresas e, conseqüentemente, as informações estarão de acordo com a necessidade do usuário (gestores e contabilistas).

Em relação ao Escritório X, pode-se perceber que ele é considerado um escritório de pequeno porte em relação aos outros analisados. Esse escritório conta com 5 funcionários e seus clientes totalizam por volta de 30 (trinta) empresas, dentre elas, micro e pequenas empresas.

O referido escritório atua no ramo de prestação de serviços contábeis há pelo menos 15 anos, tendo o proprietário formação de nível Técnico em Contabilidade. Segundo o entrevistado, ele procedeu à adaptação de um único plano de contas. Quando perguntado sobre

a função básica de um plano de contas, o proprietário respondeu que é “demonstrar de forma concisa a hierarquia das contas e evidenciar as principais atividades desenvolvidas pelas empresas”. Assim, o plano de contas do seu escritório também não leva em consideração o objetivo de cada empresa e as características operacionais do seu ramo ou setor de atividade, mas ele afirma que “o plano de contas bem elaborado permite ao usuário maior familiaridade com o referido instrumento”.

No seu escritório, é utilizado o mesmo plano de contas para todas as empresas atendidas, havendo apenas adaptações para que sejam enfatizadas as atividades que a empresa desenvolve, bem como a clareza das informações. O Escritório X não leva em conta, na elaboração do plano de contas, a atividade da entidade, no entanto “leva-se em consideração a necessidade informacional das empresas às quais o escritório contábil presta serviços”.

Em relação à pergunta sobre o entrevistado enumerar o grau de importância atribuído ao processo de elaboração do plano de contas, dentre os critérios, sistema contábil, tamanho da empresa, ramo de atividade e interesses dos usuários, o entrevistado considera como o principal atributo o sistema contábil e o de menor importância é o interesse do usuário. Ele ressalta que, se o plano de contas for mal elaborado, haverá problemas na contabilidade, como, por exemplo, a falta de informações de que os usuários necessitam. Além disso, torna-se um instrumento de difícil análise para a contabilidade, pois não dispõe de clareza dos fatos ocorridos na entidade. Entretanto, apesar de chegar a essa conclusão, ele considera que demandaria mão de obra, o que se justifica utilizar um plano geral para atender às necessidades das empresas.

O entrevistado considera ainda que os usuários do plano de contas são os administradores das empresas, bem como o profissional contábil. Quanto às informações fornecidas, elas se referem à atividade e ao ramo da empresa, evidenciando os atos ocorridos na contabilidade. O plano de contas proporciona a possibilidade de ajuste em consonância com as necessidades informacionais das empresas e do usuário.

Já o Escritório Y é composto por quinze funcionários e atende em torno de cento e vinte empresas, sendo, em sua maioria, de médio porte. O proprietário do escritório tem formação em contabilidade, bem como em outros cursos, encontrando-se na direção do escritório há cerca de trinta anos. A funcionário responsável pela elaboração do plano de contas é um contador. O entrevistado afirma que, na elaboração de um plano de contas satisfatório, é necessário mapear todos os processos de todas as atividades de cada departamento das empresas, além do nível de controle desejado, evidenciando por meio de contas contábeis as necessidades de cada empresa.

O entrevistado aponta ainda que o plano de contas utilizado pela empresa é padrão, havendo adaptações conforme as empresas ao considerar seu objetivo, suas características operacionais e o setor de atividade. Ao ser questionado quanto à classificação dos critérios seguidos na elaboração do plano de contas, obteve-se como resposta que o de maior importância é o ramo de atividade e o de menor importância é o tamanho da empresa. Ao fornecer códigos às contas, o entrevistado considera que esses podem ser alteradas em conformidade com as necessidades de seus clientes, apontando ainda que os usuários do plano de contas é o proprietário da empresa, bem como seus colaboradores.

No que diz respeito ao Escritório Z, são totalizados 20 funcionários. O escritório conta com uma gama de clientes formada por, aproximadamente, trezentas empresas, sendo elas classificadas como de pequeno, médio e grande porte. O proprietário encontra-se no ramo da contabilidade há trinta anos, tendo formação em contabilidade. O plano de contas é elaborado por seu funcionário que também possui formação em contabilidade. O representante do Escritório Z informou na entrevista que o plano de contas utilizado é um modelo padrão no qual são adaptadas e criadas novas contas para cada empresa, levando em consideração o seu ramo de atividade.

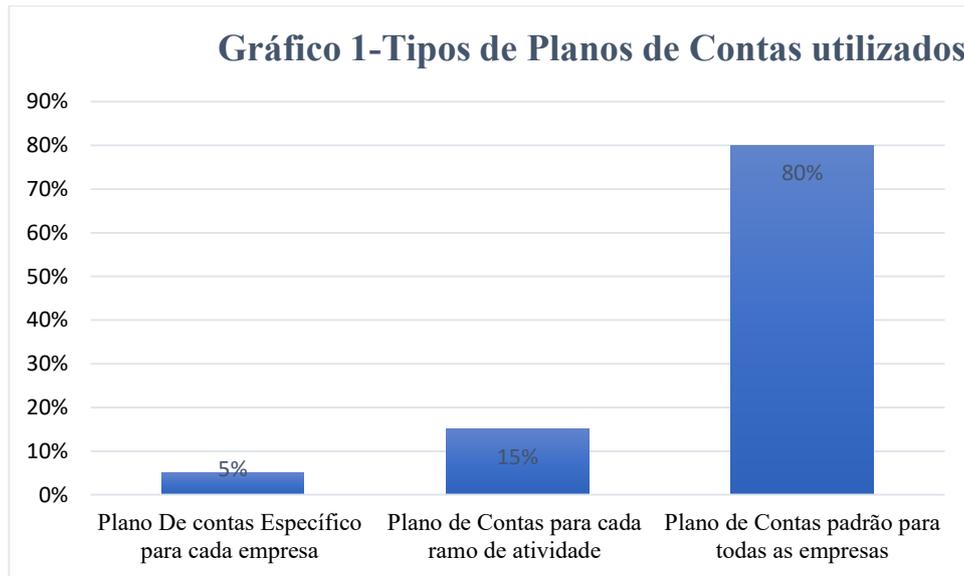
Quanto ao questionamento sobre a possibilidade de haver um plano de contas mal elaborado, obteve-se a seguinte resposta: O plano de contas utilizado pelo escritório é padrão e elaborado com os devidos cuidados com a finalidade de evitar problemas. Ele ainda afirma que, dificilmente, surgem problemas em relação a isso, pois, para cada empresa, são feitas adaptações específicas no seu plano de contas. Na elaboração do plano de contas, a base é o ramo de atividade e as informações necessárias a serem fornecidas para cada empresa. Como critério considerado mais importante, ele definiu como sendo o ramo de atividade da empresa e, em seguida, as necessidades informacionais dos usuários, o sistema contábil e, por último, o tamanho da empresa.

O respondente afirmou que utiliza a codificação do plano de contas de maneira detalhada com o objetivo de facilitar a compreensão de seus usuários. Para o entrevistado do Escritório Z, os usuários do plano de contas são dois: o contador, que elabora os demonstrativos das entidades, e os proprietários das empresas, estando as informações oferecidas ligadas às atividades das empresas.

Na cidade de Monte Carmelo, há, aproximadamente, 20(vinte) escritórios prestadores de serviços contábeis que prestam serviços a várias empresas, sendo a maioria delas de pequeno

e médio porte. Do total de escritórios, 3(três) contadores não puderam responder ou não quiseram participar desta pesquisa.

O Gráfico 1 apresenta a diversidade dos tipos de Planos de Contas utilizados pelos escritórios de contabilidade pesquisados.



Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se, pelo Gráfico 1, que 5% dos contadores utilizam um Plano de Contas específico para cada empresa, 15% se utilizam de um Plano de Contas para cada ramo de atividade (associação, serviços, indústria ou comércio) e 80% utilizam um Plano de Contas padrão para todas as empresas com as quais trabalham. Assim, com a presente pesquisa, foi possível perceber que a personalização do plano de contas em consonância com as necessidades da empresa, na maioria dos escritórios de contabilidade pesquisados, não é levada em consideração.

É de suma importância que a pessoa responsável pelo plano de contas disponha de conhecimento avançado sobre a empresa. Dessa forma, cada conta será alimentada corretamente, levando em consideração a sua função e, assim, as informações disponíveis serão claras aos acionistas e aos gestores da empresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Contas é considerado uma ferramenta fundamental na elaboração de todas as Demonstrações Contábeis, devendo a elaboração da planificação ser, especificamente, para a empresa sobre a qual se tem o objetivo prestar informações. Nesse sentido, o plano de contas deve ser personalizado com a finalidade de prestar uma informação de qualidade. Dessa forma, haverá parâmetros na interpretação dos relatórios contábeis para fins de comparação.

Na contabilidade, estabelecer comparações significa lidar com informações que tenham formato semelhante. Assim, as diretrizes para elaboração das Demonstrações Contábeis resultam no fato de que uma informação deve ser interpretável pelas pessoas que tenham conhecimento contábil.

Na presente pesquisa, pode-se perceber que, em relação aos profissionais contábeis da cidade de Monte Carmelo/MG, esses demonstram-se depreciadores das informações contábeis. Isso se mostra quando foram obtidos dados que apontam que eles se utilizam de um único Plano de Contas para várias empresas às quais prestam serviço, podendo-se pontuar também a partir da desinformação da estrutura organizacional de tais empresas.

Com a análise dos resultados, pode-se inferir que a maioria da amostra apresenta a utilização de um Plano de Contas padrão para múltiplas empresas. Em contrapartida, o uso de softwares pelos escritórios de contabilidade foi um ponto importante que evidencia uma melhor utilização dos Planos de Contas. As vantagens do uso do software é que essa ferramenta oferece relatórios mais precisos, reduz custos com mão de obra, garante a manutenção dos dados, reduz índices de retrabalhos e, o mais importante, otimiza as operações.

Ressalta-se que é de suma importância que o profissional contábil mantenha seus Planos de Contas em consonância com as necessidades da empresa, simplificando tarefas de contabilização de todas as contas que são necessárias ao registro contábil. É importante ressaltar também que o Plano de contas é uma ferramenta da contabilidade muito relevante e que exige atenção, devendo levar em conta o tamanho da empresa, o ramo de atividade, o sistema contábil utilizado, bem como as informações das quais seus usuários necessitam. É por meio do plano de contas que será possível realizar todas as demonstrações contábeis e as informações de que cada usuário necessita. Além disso, pelas informações produzidas pelo profissional contábil é que o administrador terá a possibilidade de visualizar a real situação da empresa, o que dá subsídio para a tomada de decisão(PADOVEZE, 2010).

A presente pesquisa buscou analisar como os escritórios de contabilidade da cidade de Monte Carmelo\MG elaboram seu plano de contas e qual a importância das informações

geradas por ele, bem como investigar o que determina a contabilidade sobre esse assunto, além de demonstrar se o que é teoria acontece na prática das empresas. O estudo possibilitou, diante dos resultados, observar que, independentemente do tamanho e do tempo que os escritórios de contabilidade prestam serviços, eles têm um certo cuidado quando elaboram seu plano de contas. Mesmo utilizando um plano padrão, são feitas adaptações em relação às empresas clientes, atendendo, assim, às suas necessidades de informação.

Em relação a toda a amostra pesquisada, pode ser percebido que há um sólido conhecimento sobre a função do plano de contas. Entretanto, em todos os casos, os responsáveis pelo plano de contas não sabiam dos critérios a serem tomados como base e não respeitavam todos esses critérios. Na elaboração do Plano de Contas, o profissional contábil precisa saber exatamente quais informações ele quer fornecer, pois, assim, contribuirá com a gestão da empresa em se tratando de se dispor de subsídios para proporcionar a evolução financeira e patrimonial da entidade.

Foi possível notar ainda que as pessoas responsáveis pelo plano de contas têm opiniões divergentes no que tange ao grau de importância de cada um dos critérios. Em relação às respostas dadas por eles, nota-se que alguns consideram que o ramo de atividade deve ser o primeiro fator a ser considerado na elaboração do plano de contas, enquanto que outros consideram o sistema contábil como o fator de mais alta importância. Já no que diz respeito aos critérios de menor importância, alguns apontam ser o interesse do usuário da contabilidade como sendo o último requisito a ser considerado enquanto outros pensam que esse critério é considerado um dos principais, evidenciando, assim, que cada profissional tem uma maneira de pensar e uma opinião divergente em relação ao plano de contas.

Há alguns cuidados que devem ser levados em consideração em se tratando dos planos de contas que estão em uso. Nesse sentido, o fato de haver necessidade de adaptação, por exemplo, ocorre quando várias pessoas têm autorização de incluir novas contas no plano de contas, podendo, nesse caso, ocorrerem impasses em relação a haver duas contas com nomenclaturas diferentes. Outro problema que também pode ser citado é que, com o passar do tempo, contas que já foram criadas podem se tornar inválidas e obsoletas no plano de contas.

Mesmo não detendo todos os conhecimentos necessários em relação ao plano de contas e, ainda, utilizando um plano de contas padrão, os contadores se preocupam em realizar adaptações ao plano a ser utilizado para os registros contábeis de seus clientes, sempre com a intenção de prestar um melhor serviço e demonstrar, de forma clara e precisa, as informações de que seus usuários necessitam.

As maiores limitações e dificuldades deste estudo diz respeito ao pouco material disponível e discussões sobre um tema tão importante, que é a utilização do plano de contas para as demonstrações contábeis enquanto instrumentos de gestão contábil.

Como sugestão, a presente pesquisa pode ser aplicada a um maior número de amostras de escritórios de contabilidade para que haja a possibilidade de verificar se os resultados obtidos por meio deste estudo serão os mesmos obtidos em uma amostra mais significativa.

Este trabalho contribui para além da atualização sobre o tema, contribuindo também para conhecer as dificuldades das empresas em elaborar o seu plano de contas com a finalidade de, cada vez mais, gerar informações fidedignas aos seus usuários.

REFERÊNCIAS

ADAM, Camila; DA CUNHA, Paulo Roberto; BOFF, Marinês Lucia. Competências do Contador na Perspectiva da Tríade Universidade, Acadêmico e Mercado de Trabalho. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 3, p. 221-245, 2018.

ALMEIDA, Jose. **Fundamentos de Contabilidade para os Negócios: introdução à contabilidade**. Elsevier Brasil, 2016.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à contabilidade**. Saraiva Educação SA, 2017.

AURÉLIO, B. H. F. Mini Aurélio século XXI–minidicionário da língua portuguesa. **Nova Fronteira**, 2002.

AZZOLIN, José Laudelino. **Análise das demonstrações contábeis**. IESDE BRASIL SA, 2012.

BEUREN, Ilse M. O papel da informação na elaboração da estratégia empresarial. **Gerenciamento da Informação**. São Paulo: Atlas, 2000.

COMPARCIDA, Cleide. CONTABILIDADE GERAL. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. Portal. Disponível em: <https://www.crcmg.org.br/index/home>. Acesso em: 01 julho. 2020.

CORDEIRO, Luana et al. Elaboração do plano de contas: um estudo em escritórios de contabilidade de Florianópolis. 2006.

CREPALDI, S. A. Curso de Contabilidade: resumo e teoria. **São Paulo: Atlas**, 1995.

DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia. 2016.

DE SA, Antonio Lopes. Análise de balanços e modelos científicos em Contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 3, n. 8, p. 9-20, 2004.

FERNANDES, José Luiz Nunes; FERNANDES, José Wilson Nunes; FERNANDES, Bárbara Ádria Oliveira Farias. **Implantação das Normas Internacionais de Contabilidade: Estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese de Doutorado. Universidade da Amazônia.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade básica. **Editora Ferreira. Ed**, v. 10, 2009.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral 23 ed. **São Paulo: Atlas**, 1996.

FREIRE, Andréa Marques. Escrituração contábil e uniformidade das contas no processo accountability: um estudo nas igrejas católicas da arquidiocese de Natal/RN. 2015.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. reimpr. **São Paulo: Atlas**, v. 201, 2010.

GONÇALVES, Miguel. História do pensamento contabilístico: preleccções feitas ao curso de contabilidade e auditoria-lições da parte descritiva da disciplina. 58 p. Monografia efectuada no âmbito da docência da disciplina de História do Pensamento Contabilístico. **ano lectivo**, v. 2006, 2007.

IKUNO, Luciana Miyuki et al. Contabilidade internacional: uma análise da produção científica sobre os principais periódicos internacionais da área (2000 a 2009). In: **CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, X**. 2010.

JUNIOR, Jose Hernandez Perez. **Auditoria das demonstrações contábeis**. Editora FGV, 2015.

LARA, Sérgio Gonçalves Lara. Planificação contábil: elaboração, função e importância para a organização contábil nos escritórios de prestação de serviços contábeis na cidade de Espigão do Oeste. 2007.

LIRA, Miguel Maria Carvalho. Utilização do método das partidas dobradas na civilização romana. *Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília*, 2009, 176: 29-41.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. EBITDA—Como calcular. **Portal de contabilidade. Texto disponível em: <http://portaldecontabilidade.com.br/calculoebitda.htm>**. Acesso, v. 2, n. 02, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, José Carlos et al. 3-INSTITUIÇÕES DE DIREITO Ementa. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**, p. 3, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. In: **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 2004. p. 323-323.

MIRANDA, DANIELA. Contabilidade básica. **IESAN–Instituto de Ensino Superior da Amazônia**, 2002.

MOURA, Poliana Alves de Araújo; LIMA, Diana Vaz de; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. Plano de contas e convergência aos padrões internacionais: estudo comparativo entre as propostas dos governos brasileiro e espanhol. 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**. Atlas, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. A controladoria no planejamento operacional: modelo para determinação da estrutura do ativo. **Revista de Contabilidade do CRC/SP. São Paulo: Ano VI**, v. 20, 2002.

PADOVEZE, C. L. contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábilística. 2. **São Paulo: Atlas**, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. IESDE BRASIL SA, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária. 3 reimpr. **São Paulo: Editora Atlas**, 2011.

PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade introdutória e intermediária: textos e exercícios. 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006, 76-97.

_____. Resolução CFC nº 1.157, de 13 de fevereiro de 2009. Aprova o Comunicado Técnico CT 03. Esclarecimento sobre as demonstrações contábeis de 2008. Disponível em : http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/00115

REZENDE, Denis Alcides. **Engenharia de software e sistemas de informação**. Brasport, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Eliseu. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. **Caderno de Estudos**, n. 9, p. 01-13, 1993.

ROSÁRIO, Débora de Souza do et al. **Normas internacionais contábeis aplicadas ao setor público brasileiro: principais mudanças ocorridas a partir de 2008**. 2015.

SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Avançada: Aspectos Societários E Tributários** . Editora Atlas SA, 2000.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz. **História do pensamento contábil**. Atlas, 2006.

SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Avançada: Aspectos Societários E Tributários** . Editora Atlas SA, 2000.

SOUSA, Cleber Batista de; BATISTA, Daniel Gerhard; ANDRADE, Nilton de Aquino. A contabilidade como linguagem do conhecimento patrimonial. **Pensar Contábil**, v. 7, n. 28, 2008.

TAY, John SW; PARKER, Robert H. Measuring international harmonization and standardization. **Abacus**, v. 26, n. 1, p. 71-88, 1990.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 2006.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige; DOS SANTOS VANZO, Geni Francisca; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Conhecimentos e Habilidades para Atuar no Ambiente Internacional de Negócios: a relevância do ensino de contabilidade internacional na percepção de alunos do curso de graduação em ciências contábeis. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN**, v. 7, n. 18, p. 7-20, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE CENTRO UNIVERSITÁRIO MÁRIO PALMÉRIO- UNIFUCAMP CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
---	---

1. DADOS DO ESCRITÓRIO CONTÁBIL

Nome:

Endereço

Data da fundação:

Parceiros:

2. Quantidade de empresas que recebem os serviços:

micro empresa

pequena empresa

média empresa

grande empresa

3. Ramo de atuação das empresas que recebem os serviços contábeis:

4. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:

Função

Tempo que atua na função:

Formação acadêmica:

Graduação:

Pós-graduação:

QUESTÕES DE PESQUISA

1- Quem é o responsável pela elaboração do plano de contas neste escritório?

Contador

Técnico em contabilidade

Pessoa sem formação superior, com apenas o ensino médio

Outro: _____

2- No seu entendimento, qual a função básica de um plano de contas?

3- O plano de contas é elaborado, considerando o objetivo de cada empresa e as características operacionais do seu ramo ou setor de atividade? Explique.

4- É utilizado o mesmo plano de contas para todas as empresas que são administradas por este escritório ou há alguma adaptação específica de acordo com as necessidades informacionais das empresas? Explique:

5- Quais são os requisitos observados quando da elaboração do plano de contas?

6- Na sua percepção, dos critérios a seguir relacionados, qual o grau de importância atribuído no processo de elaboração do plano de contas? Na escala de 0 a 4, atribua nota 0 (zero) para o item de menor importância e nota 4 (quatro) para o de importância máxima.

CRITÉRIOS	NOTAS
Tamanho da empresa	
Ramo de atividade	
Sistema contábil	
Interesses dos usuários	
Outros:	

7. A atribuição de códigos às contas considera o ambiente onde será aplicado o plano de contas (tamanho da empresa, equipamentos utilizados, nível de informações requeridas etc.)? Explique:
8. A codificação do Plano de Contas é elaborada, utilizando-se de vários níveis de detalhe de modo a atender aos seus usuários dentro de uma lógica de classificação das diversas operações correspondentes aos atos ou fatos contábeis realizados? Explique:
9. Há problemas na contabilidade devido às falhas na elaboração do plano de contas utilizado? Quais?
10. Quais os usuários do plano de contas?
11. Quais as informações fornecidas aos usuários por meio do plano de contas?
12. Que tipo de informação contábil seria necessária que fosse gerada pelo plano de contas, mas que não é fornecida?